Jornal do Sintufrj

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Ano XXVI - Nº 1315 | 21 a 27 de outubro de 2019 | www.sintufrj.org.br

ASSEMBLEIA GERAL TERÇA-FEIRA, 22

No bloco A do Centro de Tecnologia, às 10h

PONTO ELETRÔNICO EM XEQUE

A Pró-Reitoria de Pessoal (PR-4) nos surpreendeu ao anunciar a constituição de uma comissão para normatização do ponto eletrônico.

Discordamos que o governo, de forma autoritária, determine métodos de controle de ponto. Não aceitamos aqui na UFRJ que isso seja encaminhado de forma burocrática e acrítica.

O fato é que a implantação do ponto eletrônico não tem relação com busca de eficiência, desempenho, produtividade. A medida se insere num contexto maior, de punição e desqualificação dos servidores e, no nosso caso, do desmonte programado das Ifes.

Não é novidade que produção do saber dentro da universidade imprime condições específicas à natureza do nosso fazer. Um modelo fabril e atrasado de monitoramento de frequência é incompatível com a produção científica e tecnológica, com atividades de extensão e pesquisa acadêmica.

Queremos o controle de frequência com o mesmo tratamento dispensado aos docentes, inserindo-o no contexto mais amplo da reorganização do trabalho com ampliação da oferta de serviços e redução da jornada.

É essencial garantir condições dignas, reconhecendo a complexidade das nossas funções e permitindo atendimento de qualidade à sociedade.

Foi por isso que convocamos a pró-reitora de Pessoal para responder aos nossos questionamentos na assembleia.

Qual a cor da UFRJ?

Denise Góes, coordenadora da Comissão de Heteroidentificação, em entrevista, diz que a cor na UFRJ continua sendo predominantemente branca. O desafio é termos uma universidade cada vez mais representativa do Brasil – expressão da miscigenação – e denunciarmos o *status quo* que banaliza a força das questões de etnia.

PÁGINA 7

Vem aí o "massacre" de servidores

A reforma administrativa que o governo Bolsonaro quer levar ao Congresso põe fim à estabilidade dos servidores e reduz salários. ***PÁGINAS 4 E 5***

Debate adiado

O debate sobre "Viva Rio", na Praia Vermelha, previsto para terça-feira, 22, foi adiado para uma data a ser definida porque iria coincidir com a realização da Semana de Integração Acadêmica (Siac), que ocorre entre os dias 21 e 27 de outubro.

VITÓRIA DA LUTA!

Sob pressão, MEC anuncia desbloqueio

O Ministério da Educação anunciou na última sexta-feira, dia 18, o descontingenciamento do restante do orçamento das universidades e institutos federais que ainda estava sob controle.

Trata-se de vitória da luta. A educação é a pior área de avaliação deste governo. Ao mesmo tempo, foi a bandeira que permitiu o movimento de massa mais consistente nas ruas contra Bolsonaro.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, é figura abjeta, tropa de choque do bolsonarismo na Esplanada dos Ministério, sem qualquer estatura para o cargo

Até o início da tarde, a UFRJ ainda não tinha notícias sobre os cerca de 45 milhões que precisam ser descontigenciados.

No dia 30 de abril, o MEC bloqueou R$ 7,4 bilhões de despesas discricionárias. Só em setembro, liberou parte do valor bloqueado para as instituições federais de ensino.

Foto: Renan Silva

A BANDEIRA DA EDUCAÇÃO unificou a luta nas ruas contra o governo Bolsonaro

26,06% (Plano Bresser)

É verdade que já existem processos que obtiveram decisão favorável para pagamento. Mas, para que o dinheiro chegue ao nosso bolso, é necessária a emissão de alvará de pagamento pela Justiça.

Como posso saber sobre o andamento do meu processo?
Os beneficiados do Plano Bresser (26,6%) que desejarem consultar o andamento do seu processo devem solicitar informações pelo e-mail: 2606-sintufrj@servidor.adv.br.

Atenção para quando sair o alvará de pagamento:

- **Valores menores que 60 salários mínimos** – O pagamento se dará por RPV (Requisições de Pequenos Valores).
- **Valores acima de 60 salários mínimo**s – O pagamento será por precatórios, que o governo pagará de acordo com o seu orçamento.

Adufrj: nova diretoria toma posse

Ao tomar posse na presidência da Adufrj – Seção Sindical do Andes –, a professora Eleonora Ziller disse que o seu mandato vai continuar investindo na ampliação da representatividade da entidade, da mesma forma como os dois mandatos que a antecederam.

A dirigente reafirmou seu compromisso com um movimento docente que seja combativo, sem ser sectário. "Um movimento que seja capaz de envolver a maioria dos professores e, com isso, dar cor e forma poderosa às nossas reivindicações. A universidade está mais viva do que nunca", apontou.

Foto: Divulgação

ELEONORA. Presidente

Sintufrj
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CNPJ:42126300/0001-61
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
Rio de Janeiro - RJ
Cx Postal 68030 - Cep 21941-598

EXPEDIENTE
Coordenação de Comunicação Sindical: Kátia da Conceição (in memoriam) e Marisa Araujo / **Conselho Editorial:** Coordenação Geral e Coordenação de Comunicação / **Edição:** Ana de Angelis e L.C.M. / **Reportagem**: Ana de Angelis, Eliane Amaral e Regina Rocha / **Estagiário:** Lucas Azevedo / **Projeto Gráfico:** Jamil Malafaia / **Diagramação**: Luís Fernando Couto, Jamil Malafaia e Edilson Soares / **Fotografia:** Renan Silva / **Revisão:** Roberto Azul / **Tiragem:** 4.500 exemplares / *As matérias não assinadas deste jornal são de responsabilidade da Coordenação de Comunicação Sindical* / **Impressão:** 3graf (21) 3860-0100.

FALE COM A REDAÇÃO: comunic@sintufrj.org.br / Telefones: 21 3194 -7112 / 7146 - **RECEPÇÃO DO SINTUFRJ:** Telefones: 21 3194-7100 / 7101.

Eleição para os colegiados

Nos dias 12, 13 e 14 de novembro, a categoria irá às urnas para escolher seus representantes nos órgãos de decisões da UFRJ: cinco para o Conselho Universitário (Consuni); três para o Conselho de Ensino de Graduação (CEG); um para o Conselho de Ensino para Graduados (Cepg); e dois para o Conselho de Extensão Universitária (CEU). Os eleitos terão seusrespectivos suplentes.

Calendário – Inscrição de chapas: 22 e 23 de outubro; anúncio das chapas inscritas e homologadas, 25 de outubro. A apuração dos votos ocorrerá no dia 18 de novembro.
Veja manifesto ao lado:

CHAPA UNITÁRIA

O país vive uma grave crise. Desde a eleição do atual governo, a educação pública federal passou a ocupar um lugar de destaque na agenda política do país. Infelizmente, um destaque negativo: as universidades públicas, responsáveis por 95% da pesquisa produzida no país, pilares fundamentais de qualquer projeto de desenvolvimento soberano, foram transformadas pelo governo em um problema a ser eliminado, locais de "balbúrdia" e "doutrinação".

Aos ataques, sucederam-se contingenciamentos orçamentários, cortes no financiamento da pesquisa e apresentação de um projeto denominado "Future-se", que representa um gravíssimo ataque à autonomia universitária. Uma tentativa explícita de chantagear as universidades: rendam-se à privatização ou padecerão de condições miseráveis pelo próximo período.

Em paralelo, o bombardeio ao funcionalismo público aponta para a redução de direitos, fim das carreiras e possibilidade de redução de salários. Retrocessos que se somam ao fim da aposentadoria, exterminada na reforma da Previdência.

As estatais, colocadas em liquidação, simbolizam o abandono da soberania nacional. O discurso antidiversidade e a afronta às liberdades evidenciam o desprezo pela democracia.

Ao mesmo tempo, surgem na UFRJ falsas soluções internas ou mesmo tentativas de submeter a comunidade acadêmica aos desmandos do governo. Ameaças como o controle por ponto eletrônico, não reconhecimento da qualificação e capacitação dos servidores, ampliação dos cursos pagos na pós, cortes nas funções gratificadas e aumento da terceirização e privatização de espaços da instituição.

Neste cenário, entendemos que cabe às trabalhadoras e trabalhadores da educação a defesa radical do caráter público da educação, da autonomia universitária e da democracia. A defesa intransigente da universidade pública, gratuita, de qualidade, autônoma e democrática, das nossas carreiras, dos serviços públicos e da soberania nacional é um imperativo que exige a construção de convergências e de uma ampla unidade, neste momento.

Também devemos estimular a unidade dos segmentos acadêmicos – estudantes, docentes e TAEs –, a solidariedade com a luta das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados, e trazer os aposentados de nossa categoria para reforçar a defesa da universidade e a luta pelos nossos direitos.

Bolsonaro não esconde de ninguém que é inimigo da universidade pública. Estamos todos na mira deste governo, e por isso as disputas internas à nossa categoria, por mais legítimas que sejam, não podem impedir uma mobilização unificada frente à brutal ofensiva reacionária que vivemos.

Por acreditarmos nesta possibilidade, apresentamos uma chapa unitária para a eleição dos conselhos superiores da UFRJ. É necessário impedir que o retrocesso destrua este patrimônio que ajudamos a construir ao longo da História e no nosso cotidiano. É hora de mobilizar nossa categoria e resgatar a confiança em suas próprias forças. Colocamo-nos, portanto, a serviço dessa tarefa: contra o Future-se, em defesa da UFRJ e da educação pública no Brasil.

Ressignificar
Movimento Luta de Classes-MLC
Unir/Tribo
Resistência
Unidade Classista
Movimento Vamos Precisar de Todo Mundo
Corrente Sindical Classista-CSC
Primavera Socialista

Núcleo de Mulheres do Sintufrj convida

NÚCLEO DA MULHER
TRABALHADORA DA UFRJ

No mês em que se comemora o Dia do Servidor Público, o Núcleo de Mulheres do Sintufrj convida as trabalhadoras e os trabalhadores e estudantes da UFRJ para um evento múltiplo que realizará na quinta-feira, 31, das 9h às 17h, no hall do bloco A do Centro de Tecnologia (CT).

Reforma administrativa: massacre a caminho

Governo prepara ataque sem precedentes ao funcionalismo federal junto com o desmonte progressivo dos serviços públicos básicos, como saúde, educação, seguridade social, entre outros

Os servidores e os mais pobres são as próximas vítimas de Jair Bolsonaro. Essa certeza está explícita na proposta de reforma administrativa que o governo disse que enviará ao Congresso Nacional tão logo o Senado aprove a reforma da Previdência Social.

O desmonte do Estado brasileiro está sendo anunciado sem nenhum constrangimento pelo governo e em nome de uma política de austeridade que, na verdade, sabota a retomada do crescimento e deixa ao relento quem mais precisa de serviços públicos, como saúde e educação.

A reação a essa ameaça concreta já está em curso. Na terça-feira, 15, antecipando a comemoração pelo Dia do Servidor Público (28 de outubro), a Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público divulgou estudo que desmonta os mitos liberais que sustentam a reforma administrativa que quer o governo. E a CUT está convocando ato para o dia 30, por soberania, direitos e emprego.

Salários mais baixos, menos contratações, menos carreiras

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), aguarda que o governo envie esta semana à Casa a sua proposta de reforma administrativa. Ela foi finalizada com base em estudo apresentado no dia 9 de outubro pelo Banco Mundial, que usa argumentos enviesados para tentar provar que todos os servidores ganham mais que os trabalhadores da iniciativa privada. Com isso, a equipe econômica de Bolsonaro propõe mudanças drásticas nas despesas da administração federal: salários mais baixos, menos contratações, menos carreiras e novas regras para contratação, promoção e demissão.

ESTHER DWECK. Métodos do Banco Mundial questionados

Fotos: Renan Silva

SERVIDOR cuida com atenção de pacientes no ambulatório do Hospital do Fundão, da UFRJ. Precarização do trabalho vai afetar a qualidade do atendimento à população

Estado mínimo

CELSO CARVALHO. Meta do governo é o Estado mínimo

Para o coordenador da Fasubra e coordenador-geral do Sindicato dos Técnicos-Administrativos da Universidade do Rio Grande e mestre em Ciências Sociais, Celso Luís Sá Carvalho, o objetivo do governo é o Estado mínimo. Para isso, precisa enxugar todas as atividades e privatizar todas as estatais. "Nunca estivemos tão próximos da privatização do ensino superior no Brasil como agora", afirmou o dirigente.

O Estado mínimo, lembrou Celso, é um modelo que produz exclusão e concentração de riqueza, e citou o estudo "A era do capital improdutivo", de Ladislau Dowbor, que demonstra que o 1% mais rico detém mais recursos do que os 99% restantes do planeta, e o relatório lançado pela Frente Parlamentar, que mostra que o que se gastava há duas décadas com pessoal (4,4% do PIB) se mantém até hoje.

"Há carreiras federais que têm salários altíssimos, mas para a maioria a realidade é outra"

"Dado importantíssimo para contrapor dados mentirosos que vêm do Banco Mundial", disse.

Segundo Celso, "vai haver arrocho salarial, demissões e desqualificação do serviço público, porque a reforma administrativa vem para desmontar toda a estrutura existente. Estamos falando da transferência de recursos públicos para a iniciativa privada. E a única força capaz de resistir são as forças populares, o povo nas ruas. E não estamos falando apenas dos setores organizados, dos movimentos em geral que têm feito desde 2016 uma luta espetacular. Estamos falando de milhões nas ruas", concluiu.

• ***NA PRÓXIMA EDIÇÃO, MAIS REFORMA ADMINISTRATIVA***

O fim da estabilidade com salários menores

A economista Esther Dweck, professora associada do Instituto de Economia da UFRJ e ex-chefe da Assessoria Econômica e ex-secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão entre 2011 e 2016, apontou problemas de metodologia no estudo do Banco Mundial, como, por exemplo, nas comparações entre setor público e privado.

Para começar, segundo Dweck, há carreiras no setor público que não existem no setor privado e outras que não podem ser comparadas. Além disso, afirmou, 65% dos servidores estão na saúde e na educação, carreiras essas com menor remuneração, mas que os exemplos mencionados são sempre de carreiras de altos salários, como no Judiciário, jogando a sociedade contra todas as categorias do funcionalismo.

"O estudo aponta o servidor como se fosse uma coisa única, sem entender as áreas em que cada um atua. Se observarmos o serviço público federal, metade dos servidores estão na educação. Portanto, cortar servidor é cortar na educação. Cortar no serviço público significa precarizar o serviço público. São coisas que esquecem de falar ou não avaliam as consequências", disse a economista.

A seu ver, é provável que o governo mexa nas carreiras de forma a reduzir salários, acabar com a estabilidade e terceirizar: "O Future-se é sinal disso nas universidades", frisou, acrescentando que "o projeto de desmonte do Estado está em curso desde a Emenda Constitucional 95 (de teto dos gastos públicos)".

Ela pondera, ainda, que, no atual momento de difícil recuperação da economia, as medidas adotadas pelo governo de redução de investimentos públicos ao contrário de estimularem o crescimento, dificultam a recuperação e ainda levam a grandes prejuízos sociais.

ETU: diálogo aberto e avanço na organização

Os servidores do Escritório Técnico da Universidade chegam a acordo com a Reitoria com a intermediação do Sintufrj

Os profissionais do Escritório Técnico da Universidade (ETU), com a intermediação do Sintufrj, apresentaram e mostraram à Reitoria que a proposta de reorganização do trabalho elaborada por uma comissão formada por eles era viável e evitaria o desmembramento da unidade para atender melhor e com qualidade as decanias.

A atitude organizada dos servidores e o reconhecimento de que era necessário um novo planejamento do trabalho garantiu a manutenção do ETU na sua estrutura atual.

Defesa do ETU

"Querem extrair todos os dentes para tratar um canal", foi como definiu a situação um dos profissionais do ETU na reunião com o Sintufrj. De acordo com os trabalhadores, a proposta inicial da Reitoria não enfrentava o problema central da unidade, que era reforçar a capacidade de planejamento da gestão. Pelo contrário: ao desmembrar o ETU, diluindo seu corpo técnico em escritórios dispersos, haveria perda da capacidade de execução e não o fortalecimento do escritório.

Os servidores manifestaram concordância com a criação de equipes multidisciplinares no atendimento exclusivo a cada uma das decanias, porém, atuando de forma centralizada e permanecendo no espaço do ETU. A posição foi expressa inclusive em contraproposta apresentada à Reitoria no dia 8 de outubro.

O novo diretor do ETU, José Cezar Rodrigues dos Santos, explicou que a proposta da Reitoria buscava suprir demandas por velocidade nas respostas aos pedidos das decanias, e que a ideia era compartilhar com elas a gestão do escritório: "As decanias estão sendo convidadas a participar do ETU".

Os servidores mostraram que é possível melhorar o atendimento às decanias sem desmantelar a equipe. Nos últimos anos, o ETU conquistou avanços significativos na sua reestruturação, enfrentando deficiências históricas, e ampliou sua capacidade técnica, compondo uma equipe multidisciplinar e qualificada. "Nós temos história, conquistamos uma equipe técnica qualificada e podemos responder às demandas com qualidade, desde que haja planejamento", apontaram os profissionais.

Foto: Renan Silva

NEUZA LUZIA, coordenadora do Sintufrj, na reunião com os trabalhadores do Escritório Técnico

Maturidade

"Os técnicos-administrativos deram uma demonstração de maturidade profissional ao apresentarem imediatamente uma contraproposta à proposta da Reitoria, que contempla os dois lados", afirmou a coordenadora-geral do Sintufrj Neuza Luzia, acrescentando que "o Sintufrj atuou efetivamente nesse processo e acompanhará o seu desenrolar."

DOCENTES

Governo ameaça progressões

Um ofício do Ministério da Economia e um parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) cobram da UFRJ o fim das progressões múltiplas. As consequências de uma possível revogação desse direito afetariam os professores que acumulam períodos de trabalho bem superiores ao tempo mínimo de 24 meses, previsto na lei do magistério federal, antes dos pedidos para avançar na carreira.

Desde 1º de outubro, todos os processos sobre progressões e promoções múltiplas foram suspensos até que o Conselho Universitário (Consuni) se pronuncie a respeito. No dia 17 de outubro, sessão extraordinária do colegiado tratou do assunto, quando a Adufrj e docentes reagiram de forma veemente. Eleonora Ziller, presidente da entidade, criticou o parecer favorável do procurador-geral da UFRJ, Renato Vianna, corroborando com o fim das progressões.

A questão voltará à pauta em novembro, e, para subsidiar o debate no colegiado, um parecer da assessoria jurídica da Adufrj contrário ao entendimento da AGU será entregue. Este parecer, e mais um outro produzido pelo Andes – o sindicato nacional da categoria –, será encaminhado ao Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec) pela Pró-Reitoria de Pessoal, conforme informou a pró-reitora Luzia Araújo durante a sessão do colegiado.

Fonte: Facebook da Adufrj e jornal da entidade de 17 de outubro.

Qual a cor da UFRJ?

Quem responde a essa pergunta é a técnica-administrativa em educação e militante do Movimento Negro Unificado (MNU) há mais de 20 anos Denise Góes, que atualmente coordena a Comissão de Heteroidentificação da UFRJ. "Mesmo com as leis das cotas raciais para estudantes (Lei nº 12.711/2012) e para o ingresso no serviço público através de concurso (Lei nº 12.990/2014), a cor na UFRJ continua sendo predominantemente branca", afirma de pronto.

A partir de 2020, os candidatos a uma vaga nos cursos de graduação da UFRJ por cotas raciais passarão por uma banca de verificação. Até este ano, valia a autodeclaração de preto, pardo ou indígena, mas o número de denúncias de fraudes obrigou a universidade a adotar medida preventiva, conforme já haviam feito outras instituições federais de ensino superior pelo mesmo motivo.

A comissão e as subcomissões de Heteroidentificação são formadas por técnicos-administrativos, docentes e alunos, num total de cinco pessoas cada uma. Os interessados em fazer parte delas têm que se inscrever no curso preparatório que está sendo oferecido.

Câmara de Políticas Raciais

Na avaliação de Denise Góes, o que deve ser fortalecido na UFRJ é a Câmara de Políticas Raciais. "Queremos fazer da câmara um instrumento importante de atuação e representação dentro da universidade, articulada com os coletivos negros, para formulação de políticas públicas. Além disso, a câmara deve participar da elaboração de um censo qualitativo e quantitativo da população preta e parda tão necessário na nossa universidade", explica a militante. Veja a seguir o que mais ela disse na entrevista pingue-pongue ao **Jornal do Sintufrj**.

Foto: Renan Silva

DENISE defende o fortalecimento na UFRJ da Câmara de Políticas Raciais

Qual a cor da UFRJ?

Denise Góes: Excessivamente branca ainda, e aí faço uma crítica: a realização de um censo é necessária para sabermos para quem e para quantos vamos formular políticas. Essa é uma tarefa para a Pró-Reitoria de Pessoal. Nos concursos públicos de 2017 para cá instituímos a Comissão de Heteroidentificação, então sabemos que entraram negros, e agora precisamos saber onde eles estão, como estão e chamá-los para a luta. Nós, enquanto Câmara de Políticas Raciais, tentamos fazer, mas não tivemos pernas.

'Mesmo com as leis das cotas raciais, a cor na UFRJ continua sendo branca em sua maioria', diz Denise Góes

Quantos estudantes negros tem na UFRJ?

Denise Góes: Ainda temos poucos, mas é preciso ressaltar que a universidade hoje está mais diversa. Nós cruzamos com os coloridos, os cacheados. Hoje a gente consegue se ver. Mas, por se tratar da maior universidade federal do país, a gente ainda está muito aquém.

E professores negros?

Denise Góes: De acordo com o *Boletim da Adufrj* de 16 de novembro de 2017, apenas 2% dos professores se declararam negros.

A invisibilidade dos negros é um fato na nossa sociedade. Isso se reproduz na UFRJ?

Denise Góes: Indo às unidades, percebemos o quanto somos invisíveis, porque somos muito poucos. Em cargos de confiança, é pior ainda. Eu, Denise Góes, conheço dois diretores de unidades negros: o diretor do Neep-DH, Vantuil Pereira, e a diretora da Escola de Educação Física e Desportos, Katia Gualter. Nas administrações centrais, passamos a ter alguma visibilidade com o pró-reitor de Pessoal Agnaldo Fernandes, que é considerado pardo, e com a sua substituta, Luzia Araújo, que é uma mulher negra. Quando você se vê em reunião de chefia de departamento, se sente um peixe fora d´água.

A UFRJ nunca teve política para a sua população negra?

Denise Góes: Efetivamente não, porque sempre negou e fez cortina de fumaça para o racismo estrutural que permeia as relações existentes na universidade. A dificuldade do Consuni em adotar as cotas raciais e de adotar medidas contra as fraudes no sistema de cotas diz muito sobre esse posicionamento velado. Os coletivos negros aqui dentro se articulam e batalham para que a universidade se posicione e adote uma política.

A bola começou a rolar para valer

Com jogos de cada chave, na quarta-feira, 16, e na sexta-feira, 18, teve início a disputa da Copa Sintufrj. A competição reúne quatro equipes na categoria acima de 45 anos e quatro na categoria abaixo de 45 anos. Os times se enfrentarão até 4 de dezembro, quando será jogada a partida final.

Todos os jogos são disputados às 16h, no campo da Prefeitura Universitária, no Fundão.

Fotos: Renan Silva

GOLAÇO. Washington Luiz, da Diseg, garantiu a vitória da PU

MARCARAM os gols Rodrigo dos Santos (ETU) e Osimar Martins (CCS), de pênalti

Prefeitura vence Educação Física

JORGE PIERRE é o técnico da equipe da EEFD e Demarcos José da Silva, da equipe da Prefeitura Universitária

O primeiro jogo da chave acima de 45 anos foi entre os times da Escola de Educação Física e Desportos (EEFD) e da Prefeitura Universitária (PU). A equipe da PU, que joga junto a mais tempo, embora no primeiro tempo tenha sido dominada pelo adversário, ganhou a partida com um golaço de Washington Luiz Moura da Silva, da Diseg.

Torcida nota 10!

A participação da torcida foi um espetáculo à parte fora de campo. A zoeira foi geral. Afinal, a Copa Sintufrj é o encontro de amigos e companheiros de trabalho. Só alegria.

ETU e CCS em jogo tumultuado

No primeiro jogo da chave abaixo de 45 anos, na sexta-feira, 18, entraram em campo os times do Escritório Técnico da Universidade (ETU) e do Centro de Ciências da Saúde (CCS), e o clima esquentou. O placar de 1 X 1, ainda no primeiro tempo, não agradou ao CCS, que jogou pesado contra o adversário no segundo tempo.

Dois jogadores do CCS receberam cartão vermelho: Carlos Roberto, por uma entrada forte, e Yghor Alves, por indisciplina – agiu com desrespeito ao árbitro e já tinha dois cartões amarelos.

A equipe de arbitragem teve uma substituição: no lugar de Marcelus Monteiro, atuou José Claúdio de Sousa.

COMISSÃO organizadora do campeonato vai estar presente em todas as partidas: Guilherme da Conceição Soares, Carla Nascimento (Espaço Saúde Sintufrj), Dulcineia Barcellos (Coordenação de Esporte e Lazer do Sintufrj) e Michele Gomes (Espaço Saúde Sintufrj)

A EFICIÊNCIA da equipe de arbitragem da Liga de Nova Iguaçu foi elogiada. Atuaram Alexandre Samuel (árbitro principal) e os assistentes Carlos José das Neves e Marcelus Monteiro

Próximos jogos

Acima de 45: quarta-feira, 23, CCS X HU.

Abaixo de 45: sexta-feira, 25, Vila X CCS.